

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2017**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**REALIZADA EM 26/02/2018.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2017, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no quadro de atos localizado no saguão do prédio Administrativo da Prefeitura, bem como na Internet ( [www.veracruz-rs.bov.br](http://www.veracruz-rs.bov.br) ) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

**Cumprir informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei.**

## **1. METAS FISCAIS**

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, (rend. aplic. financeira, operações de crédito, amortização de empréstimos frda e alienação de bens), e do lado da despesa, (concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2017, o resultado primário total foi de R\$ 2.466.322,11, demonstrando assim que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais, além de gerar

excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 1.409.563,40 no período.

#### QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO - JAN A DEZ/2017

RECEITA	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Receitas Correntes</b>	80.086.044,17	77.340.864,29	96,57
(-) Rendimentos de Aplicações	11.431.543,28	7.851.665,59	68,68
<b>1 (=) Receitas Fiscais Correntes</b>	<b>68.654.500,89</b>	<b>69.489.198,70</b>	<b>101,22</b>
<b>Receitas de Capital</b>	4.428.914,30	7.273.977,75	164,24
(-) Operações de Crédito	1.900.000,00	4.665.991,48	245,58
(-) Amortização de Empréstimos	12.922,90	13.446,58	104,05
(-) Alienação de Ativos	0,00	28.707,00	0,00
<b>2 (=) Receitas Fiscais de Capital</b>	<b>2.515.991,40</b>	<b>2.565.832,69</b>	<b>101,98</b>
<b>3 Receitas Fiscais Líquidas (1+2)</b>	<b>71.170.492,29</b>	<b>72.055.031,39</b>	<b>101,24</b>

DESPESA	Programada no Período/Dotação Atualizada	Realizada no Período/Liquidada + RP não processados (enc.exerc)	% Real / Progr.
Despesas Correntes	69.079.439,51	66.187.559,04	95,81
(-) Juros e Encargos da Dívida	598.536,07	598.536,07	100,00
<b>4 (=) Despesas Fiscais Correntes</b>	<b>68.480.903,44</b>	<b>65.589.022,97</b>	<b>95,78</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>7.787.168,24</b>	<b>4.823.338,64</b>	<b>61,94</b>
(-) Concessão de Empréstimos	19.561,45	12.625,00	64,54
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	811.027,33	811.027,33	100,00
<b>5 (=) Despesas Fiscais de Capital</b>	<b>6.956.579,46</b>	<b>3.999.686,31</b>	<b>57,50</b>
<b>6 Reserva de Contingência</b>	<b>12.958.011,48</b>	<b>0,00</b>	
<b>7 Despesas Fiscais Líquidas (4+5+6)</b>	<b>88.395.494,38</b>	<b>69.588.709,28</b>	<b>78,72</b>
<b>8 Resultado Primário (3 - 7)</b>	<b>-17.225.002,09</b>	<b>2.466.322,11</b>	

O Resultado Nominal apurado foi de R\$ 2.016.899,29, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento líquido no período. Por esta metodologia, leva-se em consideração a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência (31/12/2017) e o saldo da dívida fiscal líquida no período anterior ao de referência (31/12/2016), sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso

negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo superior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma elevação no nível da Dívida Consolidada Líquida. Tal fato ocorre pelo aumento da Dívida Consolidada, referente a liberação dos valores das três operações de crédito que o Município realizou, quais sejam, Construção do Parque de Máquinas, Pavimentação da Valentim Rech e Pavimentação de Vila Progresso.

**QUADRO 2– APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL (METODOLOGIA DA STN) - JAN A DEZ/2017**

ESPECIFICAÇÃO	SALDO ALTERIOR (A)	SALDO ATUAL (B)	DIFERENÇA (B – A)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA – DC(1)</b>	<b>2.520.295,93</b>	<b>6.375.260,08</b>	<b>3.854.964,15</b>
Dívida Mobiliária			<b>0,00</b>
Dívida Contratual	2.520.295,93	6.375.260,08	<b>3.854.964,15</b>
Precatórios (após 05/05/2000)	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Oper.Crédito Inferior a 12 meses			<b>0,00</b>
<b>Parcelamento de Dívidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De Tributos			<b>0,00</b>
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Previdenciárias (INSS)			<b>0,00</b>
Demais Contribuições Sociais			<b>0,00</b>
Do F G T S			<b>0,00</b>
Outras Dívidas			<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES (2)</b>	<b>4.760.314,22</b>	<b>6.598.379,08</b>	<b>1.838.064,86</b>
Ativo Disponível	8.067.639,45	7.438.732,23	<b>-628.907,22</b>
Haveres Financeiros	521,50	35.343,35	<b>34.821,85</b>
(-) Restos a Pagar Process.	3.307.846,73	875.696,50	<b>-2.432.150,23</b>
<b>OBRIGAÇ. NÃO INTEGRANTES DA DC</b>			<b>0,00</b>
Precatórios anteriores a 05/05/2000			<b>0,00</b>
Insuficiência Financeira			<b>0,00</b>
Outras Obrigações			<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONS. LÍQUIDA – DCL (1– 2)</b>	<b>-2.240.018,29</b>	<b>-223.119,00</b>	<b>RESULTADO NOMINAL</b> <b>2.016.899,29</b>

**2. RECEITA**

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções para o Fundeb, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2017 o montante de R\$ 78.635.604,30,

sendo reestimada a receita no decorrer do exercício para o montante de R\$ 84.508.497,02. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de R\$ 84.608.118,75, tendo sido arrecadado, portanto 100,12% da reestimativa prevista. Destacamos neste quadro, as Receitas Patrimoniais, que em grande parte, são os rendimentos de aplicação financeira do RPPS, que neste período não renderam o valor estimado por nós, mas, cabe observar que a Gestão do RPPS atingiu a Meta Atuarial para o ano, com sobra de 2,88%. Outro ponto a ser observado, são as receitas de Operação de Crédito, que em 2017 recebemos todos os valores que estavam previstos vir no ano 2016.

### QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (Atualizada)	Realiz. no Período	% Real. Ano
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>75.224.244,53</b>	<b>72.486.285,46</b>	<b>96,36</b>
Receita Tributária	6.801.685,57	7.560.583,25	111,16
Receita de Contribuições	2.908.175,27	2.736.499,76	94,10
Receita Patrimonial	11.831.375,25	8.757.739,72	74,02
Receita Agropecuária	0,00	0,00	-
Receita Industrial	0,00	0,00	-
Receita de Serviços	6.739.586,02	6.954.122,53	103,18
Transferências Correntes	44.776.298,00	43.879.345,02	98,00
Outras Rec. Correntes	2.167.124,42	2.597.995,18	119,88

Discriminação	Previsão Anual (Atualizada)	Realiz. no Período	% Real. Ano
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>4.422.452,85</b>	<b>7.238.547,46</b>	<b>163,68</b>
Operações de Crédito	1.900.000,00	4.665.991,48	245,58
Alienação de Bens	0,00	0,00	-
Amort. de Empréstimos	6.461,45	6.723,29	104,05
Transfer. De Capital	2.515.991,40	2.491.210,35	99,02
Outras Rec. De Capital	0,00	74.622,34	-
<b>3 – Rec.Corrente + Capital Intra-Orç.</b>	<b>4.861.799,64</b>	<b>4.883.285,83</b>	<b>100,44</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>84.508.497,02</b>	<b>84.608.118,75</b>	<b>100,12</b>

#### 2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu até o final do mês de dezembro de 2017, o montante de R\$ 6.147.004,64, que representa uma realização de 94,80% da projeção para o ano.

O I P T U arrecadou 94,22% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 2.267.404,23, tendo sido arrecadados R\$ 2.136.306,96.

O I T B I arrecadou 167,04% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 709.232,73, tendo sido arrecadados R\$ 1.184.700,23.

O I S S Q N arrecadou 104,10% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 1.742.700,34, tendo sido arrecadados R\$ 1.814.220,11.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 741.431,55, contra uma projeção de R\$ 514.172,30. Arrecadou-se, portanto, 144,20% da meta anual.

#### QUADRO 4 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual Atualizada	Realizada no Período	% Realiz
<b>Impostos</b>	<b>6.182.591,85</b>	<b>6.746.999,06</b>	<b>109,13</b>
I P T U	2.267.404,23	2.136.306,96	94,22
I R R F	1.463.254,55	1.611.771,76	110,15
I T B I	709.232,73	1.184.700,23	167,04
I S S Q N	1.742.700,34	1.814.220,11	104,10
<b>Taxas</b>	<b>514.172,30</b>	<b>741.431,55</b>	<b>144,20</b>
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	377.923,57	423.699,73	112,11
Taxas p/ Prestação de Serviços	136.248,73	317.731,82	233,20
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>104.921,42</b>	<b>72.152,64</b>	<b>68,77</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>6.801.685,57</b>	<b>7.560.583,25</b>	<b>111,16</b>

#### 2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 2.736.499,76, correspondendo a 94,10% da previsão anual.

#### QUADRO 5 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>2.095.603,29</b>	<b>2.092.728,92</b>	<b>99,86</b>
Contribuições Previdenciárias	2.095.603,29	2.092.728,92	99,86
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	-
<b>Contribuições Econômicas</b>	<b>812.571,98</b>	<b>643.770,84</b>	<b>79,23</b>
Contribuição p/Custeio Ilum.Pública	812.571,98	643.770,84	79,23

Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	-
<b>Total das Receitas de Contribuições</b>	<b>2.908.175,27</b>	<b>2.736.499,76</b>	<b>94,10</b>

### 2.1.3 Transferências Correntes

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 12.915.455,71 no período, correspondendo a 100,50% da projeção anual.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 9.049.134,36, correspondendo a 100,04% da expectativa anual, que é de R\$ 9.045.354,97.

#### QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Realiz
<b>Transferências da União</b>	<b>19.535.805,78</b>	<b>19.792.107,69</b>	<b>101,31</b>
Cota parte do F P M - Líquido	12.851.039,67	12.915.455,71	100,50
Cota-Extra do F P M	1.357.877,54	1.458.195,03	107,39
Cota parte do I T R - Líquido	5.270,29	16.311,62	309,50
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)- Líquido	61.200,99	56.031,72	91,55
Comp.Financ.Rec.Minerais – DNPM	53.593,71	72.026,66	134,39
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	142.564,58	187.531,42	131,54
FNS - Bloco - Atenção Básica	1.904.071,33	1.878.850,04	98,68
FNS - Bloco - Assist.Farmaceutica	123.363,96	130.353,40	105,67
FNS - Bloco - Média e Alta Complexidade	857.046,96	815.258,70	95,12
FNS - Bloco - Vigilância em Saúde	88.744,38	106.946,50	120,51
Transferências do F N A S	413.600,00	593.928,48	143,60
Transferências do F N D E	1.553.349,51	1.490.002,93	95,92
Outras Transferências da União	124.082,86	71.215,48	57,39
<b>Transferências do Estado</b>	<b>13.060.675,86</b>	<b>12.341.480,78</b>	<b>94,49</b>
Cota Parte do I C M S - Líquido	9.045.354,97	9.049.134,36	100,04
Cota Parte do I P V A - Líquido	2.006.742,77	1.704.697,24	84,95
Cota Parte do IPI / Exportação - Líquido	116.473,34	136.751,49	117,41
Cota parte da C I D E	57.396,35	57.692,36	100,52
Cota parte Royalties	0,00	0,00	-
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	867.043,44	541.139,55	62,41
Outras Transferências do Estado	173.496,45	57.897,24	33,37
Transferências de Convênios	794.168,54	794.168,54	100,00

## 2.1.4 - Transferências do FUNDEB

**QUADRO 7 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual (Atualizada)</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Realiz</b>
Valores Recebidos do FUNDEB	<b>12.169.816,36</b>	<b>11.730.586,79</b>	<b>96,39</b>
Valores Transferidos para o FUNDEB	<b>6.020.556,01</b>	<b>5.969.056,55</b>	<b>99,14</b>
Ganho com o FUNDEB	<b>6.149.260,35</b>	<b>5.761.530,24</b>	<b>93,69</b>

## 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, excluindo o RPPS, a Despesa Total liquidada mais RP não processados no Executivo e Legislativo, no período de janeiro a dezembro de 2017, apresentou uma **execução inferior** à Receita Total realizada nos respectivos poderes. Em valores acumulados e, excluindo o RPPS, a receita total foi de R\$ 69.836.052,68 e a despesa total liquidada mais RP não processados foi de R\$ 66.423.565,35, obtendo um resultado superavitário de R\$ 3.412.487,33. Este resultado é de todas as fontes de recursos somadas, mas o controle financeiro para fechamento das contas é individualizado de cada fonte. Informamos ainda, que analisando cada recurso, todos fecharam de forma superavitária no exercício. Durante o exercício foi feito um controle na emissão dos empenhos para não superar as receitas de cada fonte.

**QUADRO 8 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS, EXCLUÍDOS O RPPS)**

<b>Receita Realizada</b>	<b>Previsão Anual (Atualizada)</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>66.544.623,54</b>	<b>69.836.052,68</b>	<b>104,95</b>

<b>Despesa Liquidada + RP não processados (no encerramento exerc.)</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>64.029.439,51</b>	<b>61.600.226,71</b>	<b>96,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais	37.546.545,12	36.606.551,58	97,50
Juros e Encargos da Dívida	598.536,07	598.536,07	100,00
Outras Despesas Correntes	25.884.358,32	24.395.139,06	94,25
<b>Despesas de Capital</b>	<b>7.787.168,24</b>	<b>4.823.338,64</b>	<b>61,94</b>
Investimentos	6.956.579,46	3.999.686,31	57,50
Inversões Financeiras	19.561,45	12.625,00	64,54

Amortização da Dívida	811.027,33	811.027,33	100,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	-
<b>Reserva Contingência</b>	<b>44.138,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>71.860.745,75</b>	<b>66.423.565,35</b>	<b>92,43</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>	<b>-5.316.122,21</b>	<b>3.412.487,33</b>	<b>-</b>
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>	<b>107,99%</b>	<b>95,11%</b>	<b>-</b>

Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

- Aquisição de Micro-ônibus para transporte escolar;
- Pavimentação das ruas Cipriano de Oliveira e São Francisco (finalizado);
- Pavimentação da Rua Valentim Rech (finalizado);
- Pavimentação da via de acesso a Vila Progresso (finalizado);
- Construção do Parque de Máquinas (finalizado);
- Construção de melhorias de infraestrutura junto ao campo municipal (em andamento);
- Cercamento do campo Municipal (finalizado);
- Construção salas cirúrgicas junto ao Hospital (em andamento);
- Calçamento de trecho em frente a EMEF José Bonifácio (em andamento);
- Revitalização da Praça José Bonifácio (Calçadas e banheiros);
- Construção de 40 gavetas no cemitério Municipal;
- Implantação de Instalação Esportiva em Entre Rios (em andamento);
- Construção de cabine narração e banheiros no Parque Jurema Tornquist;
- Aquisição de 1 Caminhão novo para Desenv. Rural (emenda parlamentar);
- Aquisição de 2 caminhões trucados novos (financiamento do Banco do Brasil);
- Aquisição de 1 motoniveladora (financiamento do Banco do Brasil);
- Aquisição de 1 escavadeira hidráulica (financiamento do Banco do Brasil);
- Aquisição de Equipamentos Agrícolas p/ Desenv.Rural;
- Aquisição de Equipamentos de Informática;
- Aquisição de 1 Montana p/ Meio Ambiente;
- Móveis e Utensílios em Geral (adequação do parque de máquinas);

#### **4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF – (CFE. CÁLCULO DO TCE)**

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (janeiro a dezembro/2017) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, **está abaixo** do limite prudencial de 51,30% (Executivo) e 5,70% (Legislativo), apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 49,43% para o Executivo e de 3,09% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses (janeiro a dezembro/2017), considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 61.164.924,39.



#### QUADRO 09 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	<b>30.236.520,85</b>	<b>49,43%</b>	<b>51,30%</b>	<b>54%</b>
Despesas com pessoal do Legislativo	<b>1.888.099,00</b>	<b>3,09%</b>	<b>5,70%</b>	<b>6%</b>
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>32.124.619,85</b>	<b>52,52%</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

#### 5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CFE. CÁLCULO DO TCE)

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, até o mês de dezembro/2017, totalizaram R\$ 10.240.338,70, o que corresponde a 26,13% da Receita de Impostos e Transferências. O limite estabelecido pela Constituição Federal é de 25%, que deve ser verificado somente no encerramento do exercício.

#### 6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (CFE. CÁLCULO DO TCE)

As despesas com Saúde – ASPS, até o mês de dezembro/2017, totalizaram em R\$ 10.519.865,29, o que corresponde a 26,84% da Receita de Impostos e Transferências. O limite estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29/2000 é de 15%, e a verificação do atendimento é feita no encerramento do exercício.

#### 7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

O Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado (janeiro até dezembro/2017), as Receitas

Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 14.772.066,07 e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 4.587.332,33, obtendo-se um **resultado superavitário** de R\$ 10.184.733,74, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 69.263.588,09 (31/12/2017), os quais encontram-se depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos.

## 8. RESTOS A PAGAR

Pelo encerramento do exercício de 2017, no que se refere aos restos a pagar processados e não processados, conforme dados constantes no RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento remetido ao TCE, considerando todas as fontes de recursos, obtivemos os seguintes resultados:

**QUADRO 10 - RESTOS A PAGAR - TODAS AS FONTES DE RECURSOS**

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A	RESTOS NÃO PROCESSADOS B	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA C	SALDO FINAL = (C - A - B)
EXECUTIVO SEM O RPPS	844.994,74	2.416.465,53	9.058.389,45	5.796.929,18
RPPS	56.672,59	-	69.226.856,76	69.170.184,17
LEGISLATIVO	30.701,76	2.940,98	40.628,10	6.985,36
<b>TOTAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>932.369,09</b>	<b>2.419.406,51</b>	<b>78.325.874,31</b>	<b>74.974.098,71</b>

Analisando ainda os restos a pagar, separadamente por fontes de recursos, não tivemos nenhuma fonte com insuficiência financeira.

## 9. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a Dívida Pública e a Despesa com Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida, encontram-se abaixo dos limites legais. Que aplicamos o mínimo necessário em MDE e ASPS. Que todos os itens relativos à Gestão Fiscal previstos na LRF e demais normas foram cumpridos.

MARCOS IVAN DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças